



PGR-00 057949 /2015

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

MEMÓRIA DE REUNIÃO DO GT DEMARCAÇÃO

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e quatorze, a partir das dez horas, reuniram-se na 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na sede da Procuradoria Geral da República – Brasília-DF, os Procuradores da República Julio José Araujo Junior (PRM Volta Redonda-RJ, Coordenador do GT Demarcação), Carlos Humberto Prola Júnior (PRM Chapecó-SC), Cristina Nascimento de Melo (PRM Ilhéus/Itabuna-BA), Fabiana Schneider (PRM Santarém-PA), Fernanda Alves de Oliveira (PRM Passo Fundo-RS), Fernando Merloto Soave (PR-AM), Mara Elisa de Oliveira (PRM Petrolina/Juazeiro), Marino Lucianelli Neto (PRM Cruzeiro do Sul-AC), Paulo Henrique Camargos Trazzi (PR-ES); a Subprocuradora-Geral da República, Coordenadora da 6ªCCR, Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; os Analistas do MPU/Peritos/Antropólogos Jorge Bruno Souza e Leonardo Leocádio, a Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito Karina Recedive, conforme lista de presença anexa. Secretariou a reunião a servidora Isabel Costa Figueiredo. Foram objetos de discussão os seguintes assuntos:

1) Projeto de acompanhamento/avaliação das ações resultantes do dia D da Demarcação e de casos emblemáticos: Foi apresentada a proposta de projeto a ser desenvolvido pelo GT Demarcação. A eleição de caso emblemático deve ser previamente articulada com o procurador natural responsável pelo caso. Após a discussão, os procuradores concordaram com as linhas gerais do projeto. Foram estabelecidos prazos para as etapas do projeto e acordado que todos os membros do GT farão parte da equipe do projeto.

O projeto terá duração de um ano e seis meses e terá sete reuniões durante sua vigência, sendo que algumas serão realizadas juntamente com as do GT.

Outras deliberações: 1) Dr. Julio - encaminhará e-mail para iniciar a discussão para a definição de casos emblemáticos; 2) Bruno e Leonardo - listarão 10 casos emblemáticos com caracterização dos respectivos problemas; 3) Foram apresentados alguns critérios para escolha dos casos emblemáticos: a) grau de maturidade; b) urgência; c) o que emperra a demarcação; d) interesse do procurador natural no projeto; e) tipo de conflito.

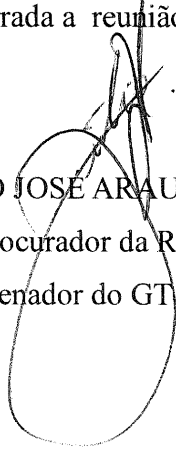
II Parte da Reunião (a partir das 14h30)

2) Questões a serem enfrentadas pelo GT Demarcação:

- a) Sobreposição de territórios: direitos territoriais de povos indígenas e das demais comunidades tradicionais
- b) Sobreposição com unidades de conservação: muitos casos de sobreposição antigos. Decretos que anulam a unidade de conservação sobreposta.
- c) As condicionantes estabelecidas no julgamento de Raposa Serra do Sol:
 - i. Imprescritibilidade, revisão, prazo 5 anos;
 - ii. Esbulho;
 - iii. Marco temporal;
 - iv. Impossibilidade de revisão de limites.
- d) No caso de haver desapropriação – a terra vira 'terra indígena'? Reserva?
- e) Discussão com a antropologia sobre os laudos:
 - i. Unificação de linguagem, documentos mais curtos, com uma certa objetividade. Verificar quais as estratégias devem ser adotadas no laudo para que seja convincente. Verificar o laudo de Guyraroká para observar como Judiciário se apropria de um laudo.
 - ii. Os laudos tratam pouco da relação do grupo com o entorno. Os laudos devem abordar essa comunicação com a fronteira.
 - iii. Convidar a antropologia para o Encontro Nacional. Convidar a FUNAI?
- f) Reflexão sobre o pagamento de indenizações das benfeitorias antes da publicação da Portaria Declaratória (precedente do caso Pataxó de Caramuru-Paraguaçu).
- g) Disputas internas que geram pretensões de novos territórios. Territórios insuficientes para diásporas internas.
- h) Arrendamento: enfrentar discurso da bancada ruralista.
- i) Estratégia de interlocução com ministros do STF.

Deliberações: a) O Encontro Nacional da 6ª Câmara terá um dia para discutir a questão fundiária indígena. Assuntos a serem tratados no encontro nacional: discussão sobre as condicionantes de Raposa Serra do Sol relativas à questão fundiária (marco temporal, imprescritibilidade etc); melhoramento dos laudos para atender às novas exigências judiciais; pagamentos de indenizações antes da publicação da portaria declaratória; sobreposições territoriais e desapropriação; b) A Comissão de Assuntos Indígenas da ABA será convidada para o Encontro Nacional; c) A Antropologia apresentará sugestões de nomes para o Encontro; d) A Dra. Cristina elaborará parecer sobre a questão do pagamento de indenizações antes da publicação das portarias declaratórias; e) o GT elaborará novo projeto sobre as condicionantes de Raposa Serra do Sol, prevendo recursos para reuniões, seminários e publicação.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.



JULIO JOSÉ ARAUJO JUNIOR
Procurador da República
Coordenador do GT Demarcação